

## Pares Empreendimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 43.761.758/0001-55

Demonstrações financeiras individuais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Permanecemos à disposição, para quaisquer esclarecimentos adicionais. São Paulo, 24 de abril de 2026

Balancete patrimonial				Balancete patrimonial			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
<b>Ativo/Circulante</b>		<b>272.166</b>	<b>199.524</b>	<b>Passivo/Circulante</b>		<b>441.565</b>	<b>183.390</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	13.783	10.284	Fornecedores de serviços		164	1
Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber	5	233.920	170.609	Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	10	426.451	170.491
Impostos a compensar	6	24.463	18.631	Impostos e contribuições a recolher		14.525	12.476
<b>Não circulante</b>		<b>3.443.558</b>	<b>3.062.532</b>	Outras obrigações		425	422
Depósitos judiciais	7	1.958	1.787	<b>Não circulante</b>		<b>210.995</b>	<b>210.995</b>
Investimentos		3.441.557	3.060.690	Contratos de mútuos	11	207.933	207.933
Participações societárias	8	3.441.538	3.060.671	Obrigações fiscais	12	3.062	3.062
Outros investimentos		19	19	<b>Patrimônio líquido</b>	14	<b>3.063.164</b>	<b>2.867.671</b>
Imobilizado	9	43	55	Capital social		2.751.751	1.218.751
Custo de aquisição		530	530	Ajuste de avaliação patrimonial		(187)	(276)
Depreciações acumuladas		(487)	(475)	Reservas de lucros		311.600	1.649.196
<b>Total do ativo</b>		<b>3.715.724</b>	<b>3.262.056</b>	<b>Total do passivo</b>		<b>3.715.724</b>	<b>3.262.056</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Ajuste de avaliação patrimonial			Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Capital social	Ajuste de variação cambial controladas	Ajuste de TVM controladas	Reserva legal	Reserva estatutária		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>1.218.751</b>	<b>23</b>	<b>(142)</b>	<b>180.210</b>	<b>1.129.138</b>	<b>-</b>	<b>2.527.980</b>
Ajuste de avaliação patrimonial - controladas	-	12	-	-	-	-	12
Ajuste de títulos e valores mobiliários - controladas	-	-	(169)	-	-	-	(169)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	538.721	538.721
Destinação do lucro do exercício:							
Constituição de reservas	-	-	-	26.936	312.912	(339.848)	-
Distribuição de dividendos - ARD de 30/12/2024	-	-	-	-	-	(9.663)	(9.663)
Juros sobre capital próprio (R\$ 2,7324 por ação)	-	-	-	-	-	(189.210)	(189.210)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.218.751</b>	<b>35</b>	<b>(311)</b>	<b>207.146</b>	<b>1.442.050</b>	<b>-</b>	<b>2.867.671</b>
Aumento de capital AGE de 18/12/2025	1.442.049	-	-	-	(1.442.049)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial - controladas	-	13	-	-	-	-	13
Ajuste de títulos e valores mobiliários - controladas	-	-	76	-	-	-	76
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	716.456	716.456
Destinação do lucro do exercício:							
Aumento de capital AGE de 18/12/2025	90.951	-	-	-	-	(90.951)	-
Constituição de reservas	-	-	-	35.823	68.630	(104.453)	-
Distribuição de dividendos (R\$ 3,8981 por ação)	-	-	-	-	-	(269.933)	(269.933)
Juros sobre capital próprio (R\$ 3,6264 por ação)	-	-	-	-	-	(251.119)	(251.119)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>2.751.751</b>	<b>48</b>	<b>(235)</b>	<b>242.969</b>	<b>68.631</b>	<b>-</b>	<b>3.063.164</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**1. Contexto operacional:** A Pares Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações com sede em São Paulo/SP - Brasil, que tem por objeto a participação como acionista ou quotista, no capital de outras empresas em geral e a promoção ou participação em empreendimentos e operações industriais, comerciais, mercantis e imobiliárias. O prazo de duração da Companhia é indeterminado e, por deliberação da Diretoria, poderão ser instalados, transferidos ou extintos escritórios, filiais, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou no exterior.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Os resultados reais das transações assim registradas podem ser diferentes dos estimados. A moeda funcional adotada pela Companhia é o real. As demonstrações financeiras da Companhia são de responsabilidade da administração e sua autorização para a conclusão e divulgação ocorreu em 24 de abril de 2026.

**2.2 Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

**3. Políticas contábeis materiais:** (a) **Reconhecimento de ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a entidade tem a obrigação de agir ou se desempenhar de certa maneira. (b) **Classificação em circulante e não circulante:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. (c) **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a entidade se torna parte das disposições contratuais dos mesmos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transações que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. (d) **Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem caixa, saldos positivos em conta corrente e aplicações financeiras com liquidez imediata, resgatáveis em até noventa dias a partir das datas dos balanços, e com risco insignificante de alteração em seu valor de mercado. As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício social, refletindo seu valor de realização. (e) **Juros sobre o capital próprio a receber e pagar:** Referem-se à remuneração do capital aos acionistas, conforme legislação vigente. Os valores a receber e a pagar estão registrados pelo custo original, com realização/liquidação no curto prazo. Sobre os valores pagos ou creditados incide imposto de renda retido na fonte, conforme legislação aplicável. (f) **Investimentos em controladas:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com os resultados reconhecidos no resultado do exercício. Ajustes nos investimentos, quando aplicáveis, são registrados conforme os direitos financeiros relacionados às ações. Para investimentos no exterior com moeda funcional diferente da Companhia, as variações cambiais são registradas no patrimônio líquido, em "Ajuste de avaliação patrimonial", sendo reconhecidas no resultado apenas na alienação ou baixa do investimento. (g) **Redução ao valor recuperável ("Impairment"):** A Companhia realiza, no mínimo anualmente, a avaliação do valor recuperável de seus ativos não financeiros, conforme o CPC 01 (R1). A perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo registrada no resultado do período. Com base nas análises realizadas, a Administração não identificou a necessidade de constituição de perdas relevantes, exceto pelas provisões já registradas. (h) **Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada, calculada pelo método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas, conforme abaixo: • Veículos - 5 anos, • Máquinas e equipamentos - 10 anos, • Móveis e utensílios - 10 anos, • Computadores e periféricos - 5 anos, • Sistemas de segurança - 10 anos, • Equipamentos de comunicação - 10 anos, • Benefetorias em imóveis de terceiros - 10 anos. Os valores residuais, as vidas úteis e os métodos de depreciação são revisados periodicamente e ajustados, quando necessário, caso haja indicação de mudanças relevantes em relação às estimativas anteriores. (i) **Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Estão demonstrados pelos seus valores de realização e de exigibilidade, respectivamente. (j) **Compensação (apresentação líquida) de ativos e passivos:** Os ativos e passivos são apresentados de forma líquida no balanço patrimonial somente quando há direito legal de compensação e a intenção de liquidá-los em base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (k) **Despesas e receitas:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, no período em que ocorrem, independentemente do seu recebimento ou pagamento. (l) **Imposto de renda:** É calculado à alíquota base de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro real tributável que exceder R\$ 240 mil anuais. A contribuição social sobre o lucro tributável é calculada à alíquota de 9%.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2025	2024
Aplicações financeiras (1)	13.783	10.284
<b>Total</b>	<b>13.783</b>	<b>10.284</b>

(1) Em 2025 e 2024, as aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e a fundos de investimento, ambos remunerados com base na variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com liquidez imediata.

**5. Juros sobre o capital próprio e dividendos a receber:** Refere-se ao montante líquido de juros sobre o capital próprio e dividendos a receber de companhias investidas, conforme deliberações societárias. **6. Impostos a compensar:** Refere-se principalmente a créditos de imposto de renda decorrentes de retenções na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e juros sobre o capital próprio e, também, saldos negativos de IRPJ/CSLL. **7. Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais representam valores de IRRF sobre juros sobre o capital próprio recolhidos pela Companhia em juízo, com o objetivo de garantir o cumprimento de eventuais obrigações decorrentes de processos judiciais e administrativos. Esses valores estão registrados no ativo não circulante, tendo em vista que sua realização depende do desfecho das respectivas demandas. A Companhia acompanha periodicamente o andamento dos processos relacionados a esses depósitos. No período, houve decisão desfavorável em primeira instância, tendo sido interposto recurso, atualmente em trâmite perante o Tribunal competente. Com base na avaliação de seus assessores jurídicos, a Companhia entende que ainda existem fundamentos relevantes para a reversão da decisão, motivo pelo qual, em 31 de dezembro de 2025, não foi constituída provisão para passivos contingentes, mantendo-se o tratamento contábil vigente.

**8. Investimentos - Participações societárias:** As participações societárias estão assim representadas:

	Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	2025	2024
Capital social		2.772.233	2.772.233
Número de ações (mil)		228.942	228.942
Participação (%)		41,07	41,07
Lucro líquido do exercício		7.387	5.726
Patrimônio líquido		2.814.358	2.812.124
Resultado da equivalência patrimonial		741.840	533.156
<b>Total dos investimentos em controladas</b>	<b>3.441.538</b>	<b>3.060.671</b>	

**Gravame de usufruto financeiro sobre as ações da PSSA:** A integralização do capital inicial da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A. ("PSIUPAR"), bem como o aumento de capital foram realizados por meio de conferência da nua-propriedade de ações da PSSA avaliadas ao valor contábil, conforme Laudo de peritos avaliadores aprovados por ocasião das Assembleias de Constituição e de Aumento de Capital. Estes atos societários estabeleceram que as ações da Porto Seguro S.A. ("PSSA"), objeto destas integralizações encontram-se gravadas com reserva do direito sobre dividendos, Juros sobre Capital Próprio e quaisquer outras distribuições de lucros em dinheiro, estendendo-se essa reserva ao direito a dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições atribuídas às ações resultantes de futuras bonificações ou desdobramentos das ações originalmente gravadas ("Usufruto"), enquanto que o direito a voto de cada ação será exercido pela PSIUPAR. A PSSA deliberou aumento de capital em 2021, no valor de R\$4.000.000 com bonificação de 323.293.030 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal aos acionistas, na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 1 (uma) já existente. Dessa forma, do total de 457.883.778 (228.941.889 à época da integralização) ações de emissão da PSSA integralizadas na constituição da PSIUPAR, os direitos financeiros sobre parte (456.275.826 ações) não pertencem a PSIUPAR, mas aos usufrutuários. Especificamente no caso desta Companhia, ela possui direitos financeiros sobre 138.385.686 ações de emissão da PSSA enquanto os direitos políticos sobre estas ações são detidos pela PSIUPAR. **Reserva para manutenção de participação societária constituída pela PSSA:** A controlada indireta PSSA constitui reserva estatutária de lucros na qual são registradas as parcelas não realizadas de lucros de cada exercício decorrentes do ajuste de equivalência patrimonial do valor do investimento em controladas, as quais são contabilizadas nas controladas na conta de "Reserva estatutária", destinada à manutenção do patrimônio líquido em montante adequado ao atendimento das exigências legais de margem de solvência e de cobertura dos passivos não operacionais das controladas. Na medida em que os lucros destinados à reserva para manutenção de participação societária forem realizados, os valores correspondentes à realização serão revertidos e colocados à disposição da Assembleia Geral, que, por proposta da Administração, deverá deliberar sobre a respectiva destinação, que inclui a distribuição de dividendos.

**Movimentação do investimento na PSIUPAR**

	Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	2025	2024
Saldo do exercício anterior		3.060.671	2.741.320
Ajuste reflexo de ajuste de valor a mercado de TVM de controlada		75	(169)
Ajuste reflexo de variação cambial de controlada		13	12
Dividendos destacados pela controlada		(86.040)	(13.070)
Equivalência patrimonial (a)		741.840	533.156
Direitos de usufruto sobre JCP creditado pela PSSA		(275.021)	(200.578)
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>3.441.538</b>	<b>3.060.671</b>	

**Composição do saldo:**

	2025	2024
Valor do investimento	1.155.790	1.154.873
Valor do direito financeiro	2.285.748	1.905.798
<b>Total</b>	<b>3.441.538</b>	<b>3.060.671</b>

(a) Refere-se ao resultado de equivalência patrimonial correspondente ao lucro líquido gerado pela controlada indireta PSSA. A apuração da equivalência patrimonial considera os efeitos resultantes dos direitos dos usufrutuários sobre as ações de emissão da PSSA e está demonstrada conforme a seguir:

**Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.**

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	7.387	5.726
Participação (%)	41,07	41,07
Resultado da equivalência patrimonial	3.034	2.352
Efeito do usufruto financeiro sobre as ações (1)	738.806	530.804
Resultado da equivalência patrimonial registrado	<b>741.840</b>	<b>533.156</b>

(1) O efeito do usufruto financeiro sobre as ações de emissão da PSSA foi apurado tendo por base a parcela do lucro gerado pela PSSA não reconhecida pela PSIUPAR conforme condições estabelecidas nos atos constitutivos da PSIUPAR.

**9. Ativo imobilizado: Movimentações em 2025:**

	Movimentações	Saldos em 31/12/2024	Aquisições	Despesas de depreciação	Saldos em 31/12/2025
<b>Bens móveis de uso</b>		<b>54</b>	<b>-</b>	<b>(12)</b>	<b>42</b>
Máquinas e equipamentos		7	-	(2)	5
Móveis e utensílios		27	-	(4)	23
Computadores e periféricos		10	-	(2)	8
Sistema de segurança		3	-	(3)	-
Equipamentos de comunicação		7	-	(1)	6
<b>Outras imobilizações</b>		<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>
Benefetorias em imóveis de terceiros		1	-	-	1
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>55</b>	<b>-</b>	<b>(12)</b>	<b>43</b>

**Taxas anuais de depreciação (%) Custo Depreciação acumulada Valor Líquido**

	2025	2024	
<b>Bens móveis de uso</b>	<b>437</b>	<b>(395)</b>	<b>42</b>
Máquinas e equipamentos	10	46	(41)
Móveis e utensílios	10	149	(126)
Computadores e periféricos	20	157	(149)
Sistema de segurança	10	67	(67)
Equipamentos de comunicação	10	18	(12)
<b>Outras imobilizações</b>	<b>93</b>	<b>(92)</b>	<b>1</b>
Benefetorias em imóveis de terceiros	10	93	(92)
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>530</b>	<b>(487)</b>	<b>43</b>

**Movimentações em 2024:**

	Movimentações	Saldos em 31/12/2023	Aquisições	Despesas de depreciação	Saldos em 31/12/2024
<b>Bens móveis de uso</b>		<b>98</b>	<b>9</b>	<b>(29)</b>	<b>54</b>
Veículos		38	-	(29)	9
Máquinas e equipamentos		9	-	-	9
Móveis e utensílios		31	-	-	31
Computadores e periféricos		3	9	-	12
Sistema de segurança		9	-	(6)	3
Equipamentos de comunicação		8	-	(1)	7
<b>Outras imobilizações</b>		<b>2</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>1</b>
Benefetorias em imóveis de terceiros		2	-	(1)	1
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>100</b>	<b>9</b>	<b>(29)</b>	<b>55</b>

**Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.**

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	716.456	538.721
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social (25% e 9% respectivamente)	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(243.595)	(184.940)
Equivalência patrimonial	252.226	181.273
Efeito sobre o JCP creditado por controlada	(93.507)	(68.197)
Efeito sobre o JCP creditado a acionistas	85.380	64.331
Efeito sobre adições temporárias	58	40
Outros ajustes	-	24
IRPJ e CSLL - Diferido Ativo	561	(7.468)
(-) Compensação de prejuízo fiscal	-	2.247
(-) Crédito Tributário de IRPJ e CSLL Não Constituído	(561)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	-	(5.220)
<b>17. Instrumentos financeiros:</b> A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2025 e de 2024.		

**Rafael Damasceno Generoso**  
Procurador

**Claudio Marcio Romagnolo**  
Procurador

**Ricardo Matsubara**  
Contador - CRC 1SP 183.216/O-0

continua ★

★ continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras da Pares Empreendimentos e Participações S.A.

Aos Acionistas e Administradores da **Pares Empreendimentos e Participações S.A.** São Paulo - SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da **Pares Empreendimentos e Participações S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Pares Empreendimentos e Participações S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** As demonstrações financeiras consolidadas da **Pares Empreendimentos e Participações S.A.** estão em processo de preparação, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas neste momento. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem

como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contendo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de abril de 2026

**fabbri**  
& Cia S/S Auditores Independentes  
CRC 2 SP 17245/O-0

**Marco Antonio de Carvalho Fabbri**  
Contador CRC 1 SP 148961/O-2

## Comércio Briga entre parceiros

# Impasse com Paraguai atrasa divisão de cotas de acesso preferencial à UE

**País contesta divisão de cotas com Brasil, Argentina e Uruguai para venda de carne bovina a mercado europeu**

ISADORA DUARTE  
BRASÍLIA

A falta de consenso entre países do Mercosul atrasou a divisão de cotas para acesso preferencial à União Europeia. O acordo comercial provisório entre os dois blocos econômicos, vigente desde a última sexta-feira, deu início à desgravação (retirada da tarifa) para produtos agropecuários sul-americanos que acessam o bloco europeu, mas ainda sem as definições sobre as cotas pertencentes a cada país do Mercosul.

O principal impasse está na divisão da cota de carne bovina, com resistência do Paraguai à divisão entre Brasil, Argentina, Uruguai e o próprio Paraguai por participação de mercado, relatam pessoas a par do assunto ao *Estadão/Broadcast*. Interlocutores do governo brasileiro acreditam que a divisão das cotas, ainda em negociação, deve valer somente para 2027.

Exportadores do Mercosul terão uma cota de 99 mil toneladas de carne bovina (peso carcaça, 55% resfriada e 45% congelada) com tarifa reduzida de 7,5% para comercialização na

União Europeia. O volume será crescente, com aumento gradual ao longo de cinco anos.

Um acordo do setor privado feito ainda em 2004 no âmbito da Federação das Associações Rurais do Mercosul (Farm) previa 42,5% do volume destinado ao Brasil, 29,5% para Argentina, 21% para Uruguai e 7% para o Paraguai. O cálculo considerou a participação de cada país no mercado europeu e a produção de carne bovina pelos países.

Mas agora o Paraguai, que está na presidência temporária do bloco, questiona o acordo e pede a divisão igualitária entre os países do Mercosul. O pleito do país é pelo direito de 25% da

**Volumes**  
**Brasil abate 40 milhões de animais, ante 10 milhões da Argentina e 2,3 milhões do Paraguai**

cota de carne bovina a ser exportada aos países europeus com tarifa reduzida. O Brasil resiste à revisão do acordo, afirmam pessoas a par das conversas.

**PRESSÃO.** Integrantes do governo brasileiro veem no fundo da discussão pressão do Paraguai em meio à revisão do contrato de Itaipu, que envolve a tarifa da hidrelétrica Itaipu Binacional. Uma pessoa que acompanha as tratativas disse que Argentina e Uruguai concordam com a divisão proporcional por



MARCOS CORRÊA/PR - 19/11/2019

**Na presidência rotativa do bloco, Paraguai questiona acordo de 2004**

market share. Segundo ele, com seu pedido o Paraguai estaria "bagunçando o jogo".

No setor privado, executivos de grandes companhias afirmam que houve letargia do governo brasileiro para concluir a negociação das cotas durante os 90 dias entre a ratificação do acordo e sua entrada provisória.

Nos bastidores, fontes do setor argumentam que o Brasil abate em torno de 40 milhões de animais por ano – enquanto a Argentina abate em torno de 10 milhões de animais; o Uruguai, cerca de 3 milhões de animais; e o Paraguai, cerca de 2,3 milhões de cabeças. Os números, afirmam representantes do setor pecuário, justificam o Brasil obter o maior percentual na divisão da cota.

A Associação Brasileira das

**"A divisão das cotas entre os países do Mercosul ainda está em negociação. Até a definição conjunta, cada país seguirá com seus próprios procedimentos, sem alteração dos volumes acordados nem do acesso às preferências tarifárias"**

**Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços**

Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec) defendeu em nota que a eventual divisão da cota entre os países do Mercosul "deve considerar critérios objetivos, especialmente a capacidade efetiva de cumprimento e o histórico de desem-

penho nas exportações para a União Europeia" a fim de evitar riscos de subutilização da cota.

"Para o setor produtivo brasileiro, não se trata de uma divisão meramente aritmética, mas de assegurar que a cota negociada seja plenamente utilizada, maximizando os benefícios do acordo. Nesse contexto, fatores como escala de produção, habilitação sanitária, regularidade de oferta e experiência prévia no mercado europeu são elementos relevantes a serem considerados", disse a Abiec.

Integrantes do governo estimam que a divisão das cotas entre os países do Mercosul deve ocorrer no próximo ano. Neste ano, o preenchimento da cota pelos países se dará pelo mecanismo FIFO (First-In, First-Out), ou seja, terão prioridade na preferência tarifária os produtos que chegarem primeiro ao bloco europeu.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) afirmou em resposta ao *Estadão/Broadcast* que a "definição dos critérios para administração das cotas tarifárias do Acordo Mercosul-União Europeia integra as medidas em curso para sua implementação". "A divisão das cotas entre os países do Mercosul ainda está em negociação. Até a definição conjunta, cada país seguirá com seus próprios procedimentos, sem alteração dos volumes acordados nem do acesso às preferências tarifárias", esclareceu o Mdic.

O ministério destacou ainda que a incidência das cotas é limitada a apenas cerca de 4% das exportações e 0,3% das importações entre os blocos, sendo que a maior parte do comércio entre Mercosul e União Europeia ocorrerá com redução ou eliminação de tarifas, sem restrições quantitativas. ●

## Após ameaça de Trump, UE diz estar 'preparada'

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou ontem que o bloco está "preparado para todos os cenários", após o presidente dos EUA, Donald Trump, ter ameaçado aumentar as tarifas sobre

carros e caminhões da UE de 15% para 25%. Segundo ele, o bloco teria descumprido um acordo comercial firmado no ano passado. "Ambos estamos implementando esse acordo, respeitando os diferentes procedimen-

tos democráticos que temos em cada lado", disse. O Parlamento Europeu aprovou condicionalmente o acordo comercial UE-EUA, mas uma versão final ainda precisa ser negociada com todos os integrantes do bloco.

A Comissão Europeia, responsável pela política comercial da UE, deixou claro que está mantendo suas opções em aberto caso as novas tarifas sobre carros propostas por Trump entrem em vigor, sem, no entanto, especular sobre quais medidas poderá tomar.

Mas o presidente francês,

Emmanuel Macron, afirmou que o bloco deve estar preparado para ativar seu instrumento anticooerção (ACI) – que permite uma série de respostas, desde tarifas sobre produtos americanos até restrições à exportação de bens estratégicos e a exclusão de empresas americanas de licitações na Europa. ●